
CONSTRUÇÕES SOBRE A INFÂNCIA EM PROCESSOS MIGRATÓRIOS TRANSNACIONAIS: gêneros e espaços para políticas de identidade?¹

Cornelia Giebeler²

INTRODUÇÃO

A migração infanto-juvenil, especialmente a de meninos e meninas desacompanhados, é um fenômeno relativamente recente no que diz respeito à Europa. Em Fevereiro de 2011, a Unesco publica um relatório, *Migrating Alone*,³ quando a problemática da migração infantil é levada em consideração.

Entretanto, nos espaços migratórios do México – a fronteira Estados Unidos-México e Guatemala-México – observa-se que as taxas de jovens migrantes a partir dos quinze anos aumentaram, dos quais 26% são adolescentes do sexo feminino, sendo a maioria de El Salvador, Honduras e Guatemala (CRS, 2007). Em 2006, foram apreendidos 7.747 menores desacompanhados, de um total de 101.952. As fronteiras dos Estados Unidos podem ser vistas como pontos focais da migração, vistas pelo mundo todo como um lugar exemplar para se estudar os processos migratórios, pois as crianças e jovens se encontram em situação peculiar. Ambos são focos de atenção de políticas de apoio social e político, sendo também o centro da atenção de organizações de defesa dos direitos humanos e de ajuda à infância. Ao mesmo tempo, são vítimas das estruturas de poderes político e econômico, considerados partícipes diretos nas organizações criminosas, tais como gangues e máfias (facções). São vistos então como um problema e a abordagem para lidar com eles se dá em duas direções: são vistos como perigo para a ordem ou como vítimas, que precisam de ajuda.

Aqui proponho outra perspectiva: entender estes adolescentes (meninos e meninas) não só como vítimas, mas também como forjadores de suas próprias rotas migratórias que, na busca de um caminho que lhes proporcione um futuro melhor assim como para suas famílias, criam ao mesmo

¹Este texto foi apresentado na XVII Conferência Internacional da Associação Internacional para Estudos e Comunicação Intercultural (IAICS), junho, 6-10, 2011. San Cristóbal, Chiapas – Painel. Cruzar fronteiras e espaços. Os impactos da migração na experiência da infância, juventude e família no México (Cornelia Giebeler, Olaf Kaltmeier, Elizabeth Tuijer)

²Universidade de Ciências Aplicadas Bielefeld, Alemanha. E-mail: cornelia.giebeler@fh-bielefeld.de.

³“Migrando sozinhos”(tradução livre).

tempo novas identidades. Desta forma, se junta à perspectiva com as considerações de “agency”. Eles são entendidos como desenhistas não só de suas identidades de migrantes, mas têm também – segundo o argumento – futura influência significativa sobre processos de identidade coletiva.

Suas multi e plurilocalizações, as entendo como condicionantes para a expressão de identidades transmigratórias e associa a elas, a pergunta de como isto constituiu sua vida cotidiana, biografias de sucesso e continuidades relevantes em sua representação interna.

Continuidade e coerência são do ponto de vista da psicologia, significados relevantes e bem-sucedidos na construção da identidade pessoal e, igualmente bem sucedidas também, para o autopoicionamento pluri-identitário.

Estas rotas migratórias não são pensadas apenas geograficamente, mas também como recurso de conceitos sócio espaciais e rotas espaço temporais, com uma demarcação definida. Estes *marcadores de rotas* serão entendidos como itinerários⁴. São “marcadores de rota”, que se impõem como mapas cognitivos e emocionais nas crianças, que não estão localizados territorialmente, mas registram-se através de experiências, lugares sociais, encontros e, no imaginário dessas crianças, como uma forma identitária relevante.

Nos processos de migração, formam-se *adolescentes (meninos e meninas) transmigrantes*, que na interação com diversos atores - desde organizações de ajuda para menores, policiais/guardas de fronteiras nos trens até delinquentes (sequestradores, traficantes de órgãos e também *maras y salvatruchas*⁵)- acabam recebendo variadas influências através das rotas e caminhos migratórios. Estas novas identidades são altamente dinâmicas e contingentes, baseadas em processos de educação informal e aprendizagem dentro do caminho migratório, dentro de processos sociais de deslocamento e desterritorialização. São por si mesmos paradigmáticos para a formação de espaços móveis, translocais e transnacionais – assim como pelas consequências identitárias da “era da migração”.

Nos parágrafos seguintes, se apresentarão os movimentos socioespaciais dos marcadores de rota e as localizações identitárias. Estes marcadores representam um novo nível teórico de análise, que se introduz especificamente para a reconstrução de processos de identidades destes jovens. A

⁴ Ver: Olaf Kaltmeier

⁵ A Mara y Salvatrucha, popularmente conhecida como MS-13, é uma gangue formada principalmente por salvadorenhos espalhados pelos Estados Unidos, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e vários outros países de toda a América, somando em média, setenta mil homens. Inclusive, existem indícios de que haja ramificações também no Canadá e na Espanha.

reconstrução dos *marcadores de rota/itinerários* serão vinculados com insistência, perspectiva interativa e processual sobre a infância, sendo descritas mais adiante.

A seguir desenvolverei: o conceito do “lugar rumo ao espaço”; o conceito das “raízes rumo às rotas”; dados sobre a migração de jovens (meninos e meninas) no México; a infância migratória dentro das políticas de identidade; o conceito de gênero em conjunto com outras perspectivas – a interseção.

ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS COMO ZONAS DE CONTATO: DE LUGARES A ESPAÇOS

Paradoxalmente por um lado se trata dos limites, aos quais se atribui um peso muito grande apesar da diminuição dos Estados-nação diante do aumento dos processos de integração econômica, cultural e social.

As fronteiras foram entendidas como linhas divisórias, que separavam especialmente os Estados-nação, em direção a uma representação externa destes através dos historiadores cartográficos; atualmente, é discutida por todos através de uma perspectiva *diluída* de dinâmica e controle de fronteiras, que regulam os fluxos de capital, bens, ideias e pessoas (ALBERT, 1996). As fronteiras são entendidas cada vez mais, dentro de um contexto espaço-territorial como *zonas* fronteiriças (ANZALDÚA, 1987; SALDÍVAR, 1997); ou estão entendidas como *espaços* fronteiriços (BRAIG; BAU, 2005; BOCCARA, 1998; KALTMEIER, 2004); outro termo, é o de Pratt onde se entendia como *zona de contato* (PRATT, 1991). Especialmente neste conceito, a fronteira já não aparece como algo fixo, como uma linha de separação, mas sim como vários tipos de encontros. Não só a separação como se definia antes a fronteira em primeiro plano, porém esta se compreende como um espaço fronteiriço sociocultural, que melhor será entendido como *área de contato*.

Apesar de todas as políticas de identidade sobre espacialização seguidas pelos EUA, direcionadas à fronteirização, repatriação e prevenção da migração, as zonas fronteiriças se caracterizam em todos estes conceitos não só pela fronteirização, mas também por seu caráter transfronteiriço como zonas de contato de transculturação e, dentro deste também, de formação de novas identidades. Com esta perspectiva, as fronteiras têm também conexão entre si e, podem ser entendidas como centros transculturais e transnacionais, nos quais se darão processos de hibridação e transculturação (CANCLINI, 2000). O campo mais amplo onde aparece esta transculturação ou hibridação, é no campo do trabalho. O paradoxo está, entre outras coisas, nos debates sobre o direito de voto dos migrantes ou a aceitação dos emigrantes ilegais (*sinpapeles*, no original). Por um

lado, os países de emigração deportam os migrantes ilegais; e por outro lado, os usam como em outros mercados mundiais, como trabalhadores com salários muito baixos.

[...] Aqueles que não conseguiam emprego, ou mesmo se quisessem ganhar mais, enviavam alguns membros de sua família aos EUA, Espanha ou outras sociedades que ainda aceitassem ilegais com intuito de abater os custos de produção interna e para competir na exportação [...] Os sociólogos políticos discutem se deve ser permitido o voto em países latino-americanos aos residentes no exterior, e imaginam os efeitos da influência latina no futuro de zonas dos EUA, onde já representam um quarto da população. (CANCLINI, 2005, p. 17).

Neste grande número de migrantes latinos nos EUA, encontra-se uma diversidade de procedências nos aspectos de nação-estado, etnicidade, classe social, profissão, educação e gênero. Os espaços onde se encontram os migrantes com os americanos, funcionam como engrenagens geopolíticas, que são centrais para o tema sobre o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça em zonas de contatos nos espaços sociais transnacionais. Estas zonas de contato e espaços sociais, não coincidem com os espaços territoriais já estabelecidos (FAIST, 2000; PRIES, 2008, 1999; GLICK-SCHILLER, 1992). Por exemplo, os espaços sociais acarretam as relações pessoais ou grupais com parentes de diferentes lados, amigos ou lugares onde migrantes ficaram por um momento de sua viagem. Este espaço social se estabelece fora das fronteiras dos estados-nação. Os espaços sociais estão entendidos como espaços de interação, de acordo com Priesp. E, que se refere aos contatos por visitas e/ou contatos financeiros para remessa de dinheiro. É por isto que Glick-Schiller o nomeou primeiramente como a transnacionalização da migração sob os processos globais que melhor constroem uma sociedade mundial, uma economia global, na qual os migrantes têm um papel importante e central.

Definimos “transnacionalismo” como os processos pelos quais emigrantes formam e sustentam relações sociais diversificadas, que ligam suas sociedades de origem e de assentamento. Chamamos este processo de transnacionalização para enfatizar que muitos emigrantes hoje em dia constroem campos sociais que cruzam fronteiras geográficas, culturais e políticas. (BASCH; GLICK-SCHILLER; SZANTON-BLANC, 1994).

Segundo Faist (2010), a migração é um “processo de quebra-fronteiras”⁶ e a construção de um campo social migratório, no qual circulam ideias, símbolos e capitais culturais. A isto chama de “comunidade transnacional”, que aparece como uma sociedade paralela à já existente. Sua característica é que não faz parte de um lugar, mas sim de um espaço transnacional. Para Faist,

⁶Termo cunhado pela autora.

parece certo o desenvolvimento de uma nova comunidade étnica, “comunidades sem parentesco”⁷ (FAIST, 2000, p. 197, apud KIVISTO; FAIST, 2010, p. 142). Aí aparece uma nova identidade, uma nova comunidade com elementos do país de origem e do país de chegada. Esta nova comunidade, segundo Faist, implica em intercâmbio, solidariedade e reciprocidade (KIVISTO; FAIST, 2010, p. 142).

Este conceito das construções de novas sociedades por espaços sociais transnacionais por parte dos migrantes, abre perspectivas para entender estes processos migratórios sob os modos da globalização e fazer previsões para um futuro de redes transnacionais sob regras nacionais-estatais, reconstruindo espaços comunitários fora destes mesmos.

Mais adiante verei como o “turn” teórico, “dos lugares aos espaços”, poderia fazer parte para conceituar a migração da infância e sua influência para construções de identidades dentro de um espaço social migratório.

ESPAÇOS SOCIAIS MIGRATÓRIOS COMO ZONAS DE CONTATO: DE RAÍZES E “CRUZA-FRONTEIRAS” A ITINERÁRIOS EM ROTAS.

Os conceitos sobre as áreas fronteiriças e seus espaços sociais transnacionais nos processos de transnacionalização são tão importantes, que por um lado representam inconveniências, já que estes espaços se constroem quase sempre a partir de uma macroperspectiva de observadores externos. Já se notam as percepções de atores específicos da vida cotidiana e as práticas dentro de espaços fronteiriços e sociais transnacionais. Por isto, o debate deve ser entendido a partir da investigação sócio antropológica da transnacionalização e suas mudanças de paradigmas de “raízes à rotas” (FRIEDMAN, 2002; CLIFFORD, 1997), o espaço transnacional a partir da perspectiva das crianças e jovens transmigrantes como rota de migração plurilocais (MARCUS, 1995; CLIFFORD, 1997), com o sentido de entender os marcadores de rotas internas e externas.

Em particular para o estudo das identidades transmigrantes de crianças e jovens, que estão situadas além da finalização dos espaços sócio geográficos como nação, comunidade ou Estado (PRIES, 2008), são necessários novos modelos espaciais e enfoques metodológicos (DIAZ GÓMEZ, 2002). Por isso desenvolvemos o modelo dos *Itinerários*⁸, que enseja enfoques teóricos dentro dos espaços da sociologia e geografia culturais (LOW, 2001; GREGORY, 1994), para detectar novos caminhos ou formas. Entendemos o *Itinerário* em analogia com as conceituações de

⁷ No texto em espanhol o termo usado, em inglês, não faz parte do léxico da língua. Considerando-se um possível erro de impressão, optei por um usar um termo que me pareceu mais correto e que dá sentido, inclusive, à frase.

⁸ Ver: Kaltmeier

espaços na Idade Média (PADRÓN, 2004; SCHNEIDER 2006). Ao contrário dos mapas modernos, que buscam criar réplicas em escala de uma porção da superfície terrestre, as rotas de itinerários levam a conhecer estações principais, assim como opiniões e informações relevantes sobre viagens, comentários e ameaças; onde a atenção recai sobre o vivido, os lugares e as experiências, não na territorialidade.

É necessária então, uma cobertura de gravação empírica de forma móvel, sequencial, horizontal e vertical, levando em consideração as histórias das experiências vividas que aparecem como *Itinerárias* de seu processo biográfico. Ainda falando um pouco da metodologia empírica, isto também significa algo muito importante para investigar a infância: significa implementar uma metodologia para não só reconhecer as vidas migratórias transnacionais, mas também aplicá-la como um “dar e receber”. Certas metodologias para isto são muito úteis e não reproduzem a hierarquia entre os que recebem a informação e aqueles que a dão, sem receber nada em troca.

Para entender a infância migratória é necessária uma perspectiva *emic*, a partir do ponto de vista dos mesmos menores. Como será conceituado mais adiante, isto implica em uma perspectiva para a infância que vê os menores como agentes de sua própria vida e que constrói esta infância migratória como agente coletivo, em novos espaços sociais transnacionais.

É importante levar em consideração, muito seriamente, que a infância é uma etapa da vida na qual se constroem os hábitos, os valores, conhecimentos como os dos idiomas, a escrita, as estratégias fundamentais de sobrevivência, as amizades, as relações com o mundo adulto; e, dentro do seu próprio grupo⁹, a segurança em si mesmo e muito mais. Tudo isto se constrói também na rota da migração, nas voltas por repatriação, nas perdas paternas, nas idealizações de uma vida desejada, nas experiências de trabalho, maus tratos, abuso, da solidariedade sobre a “bestia”¹⁰ (como é chamado o trem que vai de Arriaga até Ixtepec, no México); e mais adiante, dentro dos lares, nos seus grupos e, a alegria de conhecer e conquistar-se novos mundos. Tudo isto e muito mais, acontece com estes meninos e meninas que vão participar e construir o espaço transnacional social eles mesmos, com as redes de amizades, de parentesco e profissionais que encontraram em suas viagens.

Existe, porém, uma grande diferença nas faixas etárias: os adultos, da maneira que sejam, já vão mais formados em sua socialização. As crianças e jovens, por outro lado, estão ainda se

⁹ No texto, em espanhol, aparece o termo *peer group*, em inglês.

¹⁰ *A Besta ou o Trem da Morte* – Trem que transporta milhares de emigrantes ilegais, centro e sul-americanos, a cada viagem através do México, de Arriaga até Ixtepec, com destino aos EUA. Muitos morrem no percurso, devido às péssimas condições de segurança, perigos e violência de toda natureza.

moldando, nas rotas que tomam em suas viagens. Por isto a construção de um espaço social transnacional – e gostaria também de incluir aqui o espaço transcultural – não se deve entendê-lo sem levar em consideração os processos internos, já que serão importantes para seu futuro.

DE QUEM SE TRATA ?

É necessário, antes de mais nada, explicar a categoria que uso. De acordo com diferentes autores, se fala em: menores, jovens, adolescentes (meninos e meninas) e puberdade. Uso a definição da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que assim os define até aos dezoito anos. A Organizações das Nações Unidas (ONU) , define infância até aos doze anos e a juventude até aos 25anos, diferenciada por duas etapas. Estas definições formais não envolvem as diferenças no desenvolvimento pessoal, já quedados de cultura, situação familiar, gênero, etnicidade, dentre outros, podem ser muito diferentes e diferenciadores. Por isso, falo em meninos, meninas e jovens, já que todos eles ainda estão construindo-se em sua viagem, enquanto sujeitos em uma etapa pessoal de suas vidas e também, formando-se como parte de espaços sociais, culturais e transculturais.

Por outro lado, entendo a migração de meninos e meninas não como processos individuais, mas como um conjunto sócio cultural sob a globalização e seus efeitos econômicos, em particular a brecha entre ricos e pobres que está se abrindo a cada ano que passa. Além disso, as palavras meninas e meninos, vêm de uma mudança fundamental na percepção dos seres humanos, a partir da fase do entendimento.

A partir daí e mais adiante, eles aparecem como categoria de necessidades especiais – a infância como a caracterizou Ariés em seu livro *A Historia da Infância*. Também neste sentido são parte de uma infância que se forma como uma nova espécie, que hoje se está prolongando cada vez mais, com possibilidades e necessidades de aprendizagem em um mundo mais complexo e fragmentado. A infância já não se entende como parte de uma etapa da vida e sim, como uma categoria sociocultural à parte. Por isso, denominarei a migração de meninos e meninas, como “migração da infância”.

Há pouco encontrei um nicaraguense, que me disse que foi para Nova York aos 22 anos e casou-se com uma americana. Por beber e ser mulherengo, o casamento acabou, se divorciaram e seu filho ficou com a mãe. Foi deportado para Nicarágua e voltou várias vezes, para continuar trabalhando. Há uma semana estava de volta “ao caminho” chegando à Ixtepec e seu plano, é trabalhar mais dois anos para conseguir dinheiro suficiente para abrir um negócio em seu vilarejo na Nicarágua. Vai deixar sua

nova esposa com a filha, por que lá terão um futuro melhor. Com tantas deportações, não tem mais chance de naturalizar-se.

O entrevistado afirma que “por ser estúpido”– gozava a liberdade e as novas possibilidades de sua juventude. Vivia do jogo, feliz e sem pensar, como disse olhando em retrospecto. Assim surgiu toda uma biografia transnacional de onze regressos indesejados, até o plano atual de voltar para seu lugar de origem, para sempre.

De acordo com o Departamento de Segurança Interna dos EUA (DHS, sigla em inglês), foram encontradas 114.563 crianças migrantes desacompanhadas. Em 2001, foram contadas 86.000 (HADDAL, 2007). De acordo com as estatísticas em geral 400.000 meninos, meninas e adolescentes partem, por ano, somente do México para os EUA. Por outro lado, até o ano de 2006, sete de cada dez migrantes nos EUA tinham entre quinze e 25 anos. Em 2005 foram 120.000 crianças, sendo 17.000 desacompanhadas de adultos. Também em 2006, apareceram dados do Serviço de Imigração, do setor de Proteção de Alfândega e Fronteiras, de 101.952 jovens. A maioria, repatriada sem detenção, é mencionada nos relatórios como se partissem “livremente”.

Igualmente em 2006, o Departamento de Segurança Interna americano deteve 7.746 menores estrangeiros desacompanhados. De acordo com o setor de Custódia do Escritório de Refugiados e Reassentamento, 74% destes eram meninos, 26% meninas; 80% são de idade entre quinze e dezoito anos, 20% entre zero e quatorze anos. De Honduras eram 30%, de El Salvador 26%, de Guatemala 20%, de México 10%, do Brasil 3%, da China 2%, do Equador, da Nicarágua 1%. O restante vem de outros países, entre eles, a Eritreia.

É importante não esquecer que isto já se pode observar no mundo todo dentro dos processos migratórios, seja na Europa, Ásia, África e, especialmente, no México.

Por idades, 41,5% dos mexicanos que migram para os EUA têm entre quinze e 24 anos de idade; 26% têm entre 25 e 24 anos e 18,8% têm entre 35 e 49 anos de idade”. (INEGI 2002a, 2004, apud DIAZ GARAY, 2008, p. 35).

Os dados sobre migração em geral são muito diferentes pelos critérios, as fontes dos dados, etc. Claro que só podemos falar dos menores que estão registrados em algum lugar e isto faz com que estas cifras sejam bastante imprecisas.

COMO É VISTA A INFÂNCIA MIGRATÓRIA ?

A política americana por parte do Escritório de Reassentamento e Refugiados (ORR, sigla em inglês) tem duas perspectivas que se opõem:

O debate sobre *menores estrangeiros desacompanhados* (UAC – Unaccompanied Alien Children, em inglês) tem-se polarizado nos últimos anos entre dois campos: os que defendem o bem estar infantil; e, os que defendem mais segurança na emigração. O primeiro tem, por décadas, defendido uma política mais de refúgio para os grupos de menores (UAC), alegando que estes são na maior parte vítimas de tráfico, abusos e circunstâncias econômicas. Os que defendem mais segurança na emigração, ao contrário, defendem uma política mais severa quanto à deportação e repatriação, alegando que a emigração não autorizada está ligada ao aumento da violência urbana e das atividades ilícitas, tais como fortalecimento de gangues.

A questão em relação à política adotada para os menores estrangeiros desacompanhados (UAC) é como favorecer a segurança dos EUA e, ao mesmo tempo, garantir um tratamento seguro que salvguarde os direitos destes menores. (Relatórios dos Serviços de Pesquisa do Congresso Americano-2007, p. 6).

Eles mesmos relatam sobre políticas diferentes entre organizações de caridade, cujo enfoque é tratá-los como refugiados; e a emigração, que os recebe com uma política severa de repatriação e deportação. Assim os dois grupos de atores sociais, dentro dos processos de migração, expressam seus conceitos de infância. Entretanto, se unem em um ponto de vista em comum: de que a família é a melhor fonte para um crescimento sadio destes menores. Uma infância sem família e distante, pode ser imaginada em perigo, como vítimas ou delinquentes. Vê-los como meninos e meninas em toda sua diversidade, iguais a todos os outros que crescem em suas famílias naturais, parece difícil. Considerá-los também como seres humanos, que atuam por sua própria força de vontade obstinada (GIEBELER, 2003), não aparece em artigo algum ou referência bibliográfica em relação ao assunto. A primeira ideia que apontam as duas agências de migração é juntar os menores com suas famílias, uma opção dentro desta política, orientada a um conceito da família como o núcleo do estado, como lugar da formação da cidadania do futuro, sem levar em conta tanto as violências intrafamiliares como também o descuido, que segundo alguns estudos, é a causa primeira dos *menores desacompanhados* saírem de seu país.

O paradoxo é que exatamente as instituições de ajuda devem, mas não podem garantir, uma repatriação familiar. De acordo com Gallo Campos (2004), nem todas as instituições trabalham em direção a uma integração familiar, por ser muito trabalhoso. Das onze cidades de sua pesquisa, somente cinco participaram de programas de ajuda a *menores estrangeiros desacompanhados* (UAC, sigla em inglês), para encontrar seus familiares: nenhum destes lugares puderam garantir que estes menores foram realmente repatriados para suas comunidades de origem.

Esta política a entendo aqui, como parte de uma governamentalidade de Estados com regulamentos democráticos, dentro dos quais o monopólio do poder estatal está distribuído por uma regulação moral para dar uma imagem universal e unificadora aos membros, ignorando as experiências diferentes e multifacetadas em distintos mundos vitais dentro da sociedade. Citando Foucault, poderíamos dizer que o Estado produz imagens unificadas por rituais e regras, que por si só produzem consenso.

A imagem de uma família saudável, de um grupo agradável, na qual os casais assim como as crianças têm um espaço para crescer, surge neste conceito como parte da governamentalidade. Ao mesmo tempo o entendo como uma política de identidade, que produz imagens homogênea nas quais as crianças migrantes são sempre excluídas, sejam como criminosos ou vítimas. A imagem familiar é o que exclui a infância migratória, especialmente quando desacompanhados ou *Aliens* (estrangeiros de um modo geral na nomenclatura emigratória oficial americana), como são chamados. Do meu ponto de vista, a família saudável é um dos maiores discursos unificadores em torno da integração do estado-nação, sem antes ver as diferenças familiares e por isso mesmo, suas dificuldades e seus tratamentos internos de violência, exploração, repressão e falta de amor.

O processo migratório de menores e jovens é apenas levado em consideração: embora seus números tenham aumentado, a realidade desses menores que viajam sós, não mudou. Meu ponto de vista é que uma expressão de culto em relação à família, que não deve ser destruída, é o culto do núcleo familiar europeu e o culto da grande família (ou extensa) na América Latina. Em termos gerais, em nenhuma das duas imagens projetadas, aparece a violência intrafamiliar, a família continua em “privado” – consequência da diferenciação entre o privado e o público na história do século XVII, o surgimento das donas de casa que já não se ausentam dos lares e não fazem outra coisa, a não ser representar a casa familiar, seja amorosa ou não, violenta ou carinhosa – tudo já oculto e sem direitos públicos. Para a infância migrante, isso é uma das causas para sair de seus lares. São a violência intrafamiliar, o abuso, o maltrato e o descuido, as principais causas para que a infância migratória abandone a sua família, para iniciar a grande aventura da migração.

Em geral há muitas causas para migrar: a violência familiar, o desejo de ajudar à família, voltar para a família nos EUA, fugir da fome, querer aprender algo, etc.; entretanto, se poderia afirmar que a causa fundamental dos menores migrantes, com ou sem famílias, é o desejo de viver bem ou melhor do que possam ter vivido até a este momento (pelo que se sabe, a maioria da América Central vem de classes inferiores). Mas é necessário diferenciar o Estado-nação dos povos originários, para não construir uma nova imagem da infância migratória com dados que levem a entender que todos os indígenas sejam pobres, sem educação, sem profissão, etc. O caso dos

zapotecas migrantes, por exemplo, mostra-nos o contrário, por que dali se migra para estudar, montar negócios e muitas vezes, regressar para uma vida de riqueza nesta sociedade, que não se parece em nada com uma comunidade indígena

Durante a última semana, por exemplo, um migrante perguntou-me se estaria por aqui em um mês, pois era muito provável que o encontrasse novamente e que ele, nesse meio tempo regressaria ao Istmo de Tehuantepec, pois sabe como viajar e vai levar gente com ele (GIEBELER, 1991).

Menores trans migrantes também vão várias vezes nestas rotas. Entendo que a partir de sua vulnerabilidade, desenvolvam a força de agir, habilidades, se posicionem negociando, aprendendo, buscando estratégias na viagem que vão viver com seus *Itinerários*, rumo à seu processo pluri-identitário.

A INFÂNCIA MIGRATÓRIA NAS POLÍTICAS DE IDENTIDADE: CONCEITOS IDENTITÁRIOS E METODOLÓGICOS.

O conceito de identidade é o mais usado para entender os processos inter e intrapessoais em contato com o social e cultural. A interdependência entre pessoas e a sociedade é o tema do desenvolvimento de identidades, como Erickson primeiro o analisou. Ele analisou o caminho vital dentre nove etapas na vida, que um ser humano teria que viver e desenvolver bem ou mal, com certas consequências psicológicas e sociais. Conceitos de “uma” ou “a” identidade para Erickson, são formulados como etapas na vida que – sem negar certo desenvolvimento físico-psíquico universal do ser humano – não podem explicar as formações de identidades sob condições em uma era de migração, hibridização e fluidez. Identidades pessoais nestes tempos são construídas por experiências em diferentes ambientes, *mundos de vidas* (no sentido de Husserl), trabalhos, círculos de amizades que surgem de diferentes culturas e regulamentos sociais.

Esta crítica e propostas especialmente aparecem no debate da identidade cultural do pós-colonialismo. Stuart Hall a desenvolve assim: identidades são posições que alguém tem que tomar, mas que estão produzidos dentro de sociedades fluídas, híbridas, desiguais e assim, dão uma certa segurança ao ser humano dentro de todas as inseguranças que são produzidas pela globalização. Ele fala de identidades estratégicas que são produzidas a partir de discursos e práticas sobre construir sujeitos, sejam autoconstruídas ou implementadas (HALL, 1994, 2000, 2004). Daí surge a pergunta sobre como realizar investigações empíricas que retomam um nova perspectiva da representação, que implícita a crítica das “crises da representação etnográfica” (GIEBELER 2007).

Estas argumentações coincidem com as do conceito de *biografia*. A biografia – ao contrário do *curriculum vitae* – é uma concepção que implica na interdependência entre o sociocultural e o pessoal (Schutze, Riemann, Kohli). A teoria das biografias já está desenvolvida como uma espécie da investigação social com muito êxito, pois aí podem ser encontrados vínculos entre estruturas político-sociais e autoconceitos de vidas pessoais. As biografias estão investigadas por narrativas (LUCIUS-HOENE; DEPPERMAN, 2004; SHOTER; GERGEN, 1990; KRAUS, 1996), e isso dá possibilidades extraordinárias para investigações com crianças – especialmente por que permite tirar informações, mas também dar-lhes espaços e possibilidades, em um sentido de investigação da estranheza (GIEBELER, 1997) e do dar e receber (GIEBELER, 2010, 2011). Olhar para trás e trabalhar o experimentado da vida, pode dar sentido a eles, pode ser uma experiência terapêutica (GIEBELER, 2003), que ajude a refletir e juntar as peças dos quebra-cabeças dos Itinerários, entender o que passou e o que poderia se desenvolver em novas perspectivas. Para a infância migrante, estes conceitos implicam em uma perspectiva para desenvolver conceitos de investigação, assim como uma perspectiva para o menor migrante: nada é falso, ou melhor, “doente” se estes menores não desenvolvem uma identidade fixa, mas fragmentos identitários policêntricos.

Os novos conceitos da identidade não veem uma disfunção de identidade como risco do desenvolvimento pessoal, mas como mecanismos de “*coping*”, (enfrentamento, tradução livre – sendo que a autora usa o termo em inglês, no texto espanhol original) com os quais se adaptam seus processos identitários em uma realidade ambígua, contraditória, traumatizada e com muitas mudanças de pessoas, ambientes, escolas e instituições. As experiências de fragmentações e descentramentos do “eu” em desenvolvimento, produz identidades novas, que chamaria “coerentes na fragmentação”, por que produz novas coerências nele mesmo. Não é por ser fragmentária, que seja ruim esta vida para o ser humano – é mais como algo novo, produzido pelas sociedades que são analisadas como sociedades fragmentadas pela a globalização. Produzem novos sujeitos que construirão seus processos identitários dentro destas mudanças mundiais, que deveriam ser reconhecidos pelos profissionais neste campo (GIEBELER, 2008).

Como vimos, existem políticas de identidade para a infância migrante. As políticas dos lares se concentram no vulnerável, os representantes da ordem à delinquentes e as organizações dos direitos humanos, aos direitos de uma cidadania da infância. Os menores e jovens que vivem esta situação, estão definidos “desde cima” nas suas identidades e isto influi em seus mecanismos de “*coping*” para integrar a situação ambígua em suas autodefinições. O que falta investigar até hoje, é como eles mesmos pertencem a estratégias identitárias no sentido de como sabem usar a convenção

dos direitos da infância, como concebem ir para lares, círculos e redes, como se autodefinem na viagem.

GÊNERO, ETNICIDADE, GERAÇÃO, PODER E TRABALHO – UM ENFOQUE INTERSECCIONAL EM DIREÇÃO À COMPREENSÃO DA INFÂNCIA MIGRATÓRIA.

Até aqui tentei buscar eixos teóricos para poder entender o papel da infância migratória, nas sociedades que fluem sob a globalização e os processos transnacionais. O uso dos termos meninos e meninas, já provoca a diferenciação entre sexo e gênero. O gênero é como a família, algo que parece essencial e universal em todo o mundo. Em seu artigo Chaves e Menjivar agregam diferentes aspectos ao gênero.

Primeiro, mencionam as autodecisões de meninos e meninas para sair de sua família. As famílias não permitem que suas filhas saiam tão fácil quanto os filhos; e estas, têm que negociar especialmente com o pai. A rede de albergues de Abrigos para Menores Migrantes e Repatriados em Trânsito, publicou:

Pedrazas (1991) relata que através da América Latina, em se tratando das filhas, é pouco provável e/ou mesmo impossível que as meninas migrem sós, e quando este desejo for muito grande, as meninas têm que convencer ao pai. Para Davis e Winters (2001), os pais são mais resistentes à migração de suas filhas do que seus filhos. Normalmente, as filhas precisam “negociar” a sua migração com os seus pais. (HONDAGNEU-SOTELO, 1994).

Segundo, mencionam o grande número de abusos sexuais no México, durante a viagem:

De acordo com estimativas, calcula-se que seis de cada dez mulheres ou meninas sofram violência sexual, o que presumivelmente faz com que alguns traficantes de pessoas exijam das mulheres, que tomem injeções contraceptivas antes da viagem, para evitar que engravidem como consequência dos estupros. Há referência aos resultados de um estudo, no qual se entrevistou a noventa mulheres migrantes - mais da metade, da América Central – recolhidas à Estação Migratória de Iztapalapa, das quais 23 declararam ter sofrido algum tipo de violência, incluindo violência sexual. Delas, treze disseram que o autor da violência era um funcionário do Estado.

Terceiro, há que se levar em consideração a quantidade de meninas na migração:

O Instituto Nacional de Migração (INM, sigla em espanhol) declara, que de Janeiro a Setembro foram repatriadas, dos EUA, 4.688 meninas e adolescentes de zero a dezessete anos de idade. Deste total, ao menos 2.000 regressaram ao México desacompanhadas.

Destes dados, narrativas e estudos, surge uma diferenciação entre dois gêneros na infância: meninas e meninos. A divisão do trabalho também ocorre nos processos migratórios da infância e assim, se desenvolve a diferenciação na migração infantil de uma maneira tradicional da construção de dois gêneros (Hagemann-White, Butler etc). Falando de gênero, já em uma das primeiras publicações feministas, aparecem dúvidas de um “nosotras” das mulheres ou “vosotros”¹¹ de homens. Nos livros “Mulheres – A Última Colônia” (WERLHOF; BENNHOLDT; MIES, 1984) e “Patriarchy and Capitalism” (Patriarcado e Capitalismo) aparece o vínculo com o sistema capitalista mundial, no qual o gênero é parte da divisão hierárquica do poder e da exploração. O sexo e o gênero são propostos como parte do sistema mundial de exploração da terra e dos seres humanos, no qual tanto os “homens” quanto “as mulheres” estão definidos por seus trabalhos – seja por dinheiro ou subsistência, como se chama ao trabalho não remunerado das donas de casa e do pequeno lavrador. A consequência deste ponto de vista não é a divisão entre os gêneros, mas a busca de um novo mundo a partir da hierarquização de dois gêneros, com base em uma nova subsistência, isto quer dizer uma vida para sair do mundo do dinheiro, dedicar-se a produções ecológicas, ao cuidado das amizades, a valorização do conjunto, etc. O gênero já não é a única parte da divisão hierárquica de trabalhos, mas em conjunto com o racismo aparece o sexismo como parte integral do capitalismo, respectivamente do “sistema do mundo” como o planejou Immanuel Wallerstein.

A infância migratória é parte de um sistema mundial definido por gêneros e parte do patriarcado, assim como do capitalismo neoliberal. Isso tampouco é um fato em si, mas está mudando com fluidez sobre os encontros e experiências no caminho, por exemplo: nos “lares” se encontram pessoas de diferentes países, incluindo estagiários e voluntários da Europa, Japão, Canadá, etc. Já se reconhecem os menores migrantes como faxineiras, garçonetes – trabalhos que nunca deviam ter feito antes. Para os adultos, sobretudo os mais velhos, é um grande esforço entender que trabalhem e que quando retornem ao lar, não lhes sirvam sequer a comida e ainda se neguem a ajudar à mesa. Para a infância migratória é diferente – crescem neste ambiente e é parte de seus processos identitários – como para os homossexuais, o aprendizado de como montar a cavalo; trabalhar como pedreiro, para as meninas, etc.

Outro aspecto sobre gênero é a chamada *intersecção*, que aparece também no ano 1980, com o movimento de mulheres afrodescendentes e que recentemente é muito bem-recebida, de novo, por

¹¹ Os termos *nosotras* e *vosotros*, enquanto formas pronominais designam os gêneros em espanhol; já em português, são comuns aos dois gêneros (nós/vós).

suas possibilidades de interconectar gênero com outras categorias socioculturais como classe, raça, etnicidade, orientação sexual, geração (CRENSHEW, 1989, 2001; YUVAL-DAVIS, 2006, 2006a).

A proposta da intersecção delinea uma vista de grupos e indivíduos, permitindo ver os casos a partir de diferentes perspectivas que poderiam ser usados como uma rede teórica para entendê-los a fundo, permitindo uma análise teórica sobre os fenômenos empíricos. Para o caso da infância migrante, isto significa que poderíamos levar em consideração que um menino ou uma menina sempre é, também, filho@, neto@, vendedor@, trabalhador@, cozinheiro@, aluno@, cuidador@ de crianças menores, falantes de um ou dois idiomas, participantes de uma comunidade, membros de um grupo indígena, de uma cidade, membros de um grupo, etc.

Em tudo isso, aparecem os gêneros, as relações sociais e culturais, as classes sociais, as gerações e as orientações sexuais.

Tudo poderia surgir como parte da formação de identidades na rota da migração, concentrando-se nos marcadores de rota – os itinerários nos caminhos da migração.

CONCLUSÃO

Entendo a migração da infância como uma parte da investigação da infância, que deve responder a novos desafios teóricos e metodológicos. Por um lado, baseia seu conceito na obstinação desta, que produziu suas próprias regras e normas, não sendo mais vista apenas como uma “fase” no caminho para a vida adulta. A infância não se entende como um caminho para a vida adulta, a infância é algo complexo em si. Atualmente tal perspectiva poderia ser de importância nos estudos de migração, saindo da ótica da infância migratória como vigilância e perigo para os estados-nação; ou como vítima, nos processos migratórios.

A infância dentro da migração desenvolveu suas próprias continuidades e coerências para poder sobreviver, suas próprias estratégias de gestão, suas próprias formas do conhecimento, que se pode entender como aprendizagem nos itinerários em seu caminho. Estas experiências no caminho em direção ao sonho americano, formam novas identidades com mais significação que nos adultos. Exige também uma visão de formação metodológica, que os situa como formadores de seus caminhos, assim como nos centros de atenção por um lado de uma metodologia do dar e receber, que pode ser realizada através de vários métodos como: os da reconstrução biográfica, a discussão de grupo, o desenho de mapas cognitivos, a fotografia e filmagem próprias, as oficinas de reconstrução, o trabalho biográfico, o trabalho e análise de casos.

As organizações político-sociais, de trabalho social, defensora dos direitos infantis e também as de ordem política ou de regulamentação (reguladores) que canalizam seus trabalhos na infância migratória, concentram-se na vulnerabilidade dos meninos e meninas; ou então em sua exclusão, como potenciais e reais delinquentes. Com o conceito de Itinerários e sua busca a partir da perspectiva do ser humano que age, na qual os mapas internos de meninos e meninas são reconhecidos para os pesquisadores como eles próprios, se oferece um caminho de formação com intervenção orientada, que não só reflita os processos de identidade, mas que funciona também de uma forma recíproca.

A construção de identidades dentro das condições dos processos transmigratórios da infância durante sua viagem, guiam – de acordo com os argumentos – até à formação de identidades, o que será significativo a longo prazo e de longo alcance para as sociedades contemporâneas. Localidade, localização em territórios de lugares definidos, vinculação da identidade com práticas locais e étnicas, experiências coerentes em nível local, já não são processos conformes dentro da formação biográficas transnacionais. Em seu lugar surgem construções de identidades, que se baseiam em Itinerários como experiências de todo tipo, aos quais se atribui um significado. Aparecem novos resultados – mapas emocionais e cognitivos não territoriais e situam-se na representação internas das meninas e meninos – especialmente em mudanças de questões de gênero. Pelos movimentos massivos da infância transmigrante, os Estados perdem uma parte de sua juventude por um lado; por outro, surgem novas identidades das quais seus efeitos sobre o desenvolvimento social de todas as nações e os processos transnacionais não devem ser subestimados.

Hoje só se viu meninos e meninas migrantes que passam pelo México, mas este processo surge em todo o mundo, seja no Pacífico, na África e Europa sobretudo e mais ainda, no México mesmo.

Só nos últimos anos, o Estado mexicano se deu conta que sua juventude está indo embora, sejam trabalhadores (braçais) ou profissionais (qualificados) – ambos têm consequências dramáticas para o futuro do Estado, como previa a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OECD (sigla em inglês), em seu relatório de 2010. “*Embora constitua somente um pequeno percentual da força laboral nos EUA, estes emigrantes representam 8% dos profissionais no México. No ano 2025, o México sentirá os efeitos desta ‘fuga de cérebros’*”. (OECD, 2010, p. 225).

De qualquer forma, são os atores que em um futuro com suas experiências biográficas e suas impressões, serão um poder da criação de novas realidades, e possivelmente criarão o que Gloria

Anzaldúa (1987, p. 102) descreve como “el porvenir de los mestizos” (o porvir dos mestiços) e ao que Walter Mignolo (2007, p. 181) se remete, em referência aos significados sociais na América, como uma nova ordem em: “otra América es possible”(outra América é possível), onde a infância migrante de agora, decidirá como configurar esse mundo no futuro.

Não sabemos como, mas sua parte da migração será uma importante influência dentro de suas buscas por identidade, seja nos espaços sociais transnacionais, no transcultural; ou também, em um reflexo ao intracultural, que às vezes, por uma olhada para trás retomas as experiências da infância como sonho para o futuro.

REFERÊNCIAS

- AMNESTY INTERNATIONAL USA. *Why Am I Here?* United States of America, Unaccompanied Children in Immigration Detention. New York: Amnesty International USA., 2003. Available at: <http://www.amnestyusa.org/refugee/pdfs/children_detention.pdf>. Last accessed: July 1, 2008.
- ANZALDÚA, Gloria. *The New Mestiza*. San Francisco: Borderlands; La Frontera, 1987.
- BARRAZA, Javier. Violation of the Rights of Unaccompanied Immigrant Children in the United States and the Need for Appointed Counsel. In: *Children's Legal Rights Journal*, vol. 25, p. 24-44, 2005.
- BASCH, Linda; GLICK-SCHILLER, Nina; BLANC-SZANTON, Cristina: From Immigrant to Transmigrant. Theorizing Transnational Migration. In: *Anthropological Quarterly*, 68, 1, 48-63, 1995.
- BHABHA, Jacqueline. Lone Travelers: Rights, Criminalization, and the Transnational Migration of Unaccompanied Children. In: *University of Chicago Law School Roundtable*, vol. 7, p. 269-294, 2000.
- _____; SCHMIDT, Susan. *Seeking Asylum Alone: Unaccompanied and Separated Children and Refugee Protection in the U.S.* Cambridge: The Harvard University Committee on Human Rights Studies, 2006.
- BOEHM, Deborah A. Now I am a Man and a Woman! Gendered Moves and Migrations in a Transnational Mexican Community. *Latin American Perspectives*, 35, n. 1: 16-30, 2008.
- BRAIG, Marianne; BAUR, Christian. Mexikos Süden: Grenzüberschreitungen und die Schleusen hemisphärischer Sicherheit. In: BRAIG, Marianne; ETTE, Ottmar; INGENSCHAY, Dieter; MAIHOLD, Günther (Hg.). *Grenzen der Macht – Macht der Grenzen: Lateinamerika im globalen Kontext*. Frankfurt: Vervuert, 2005, p. 181–206.
- _____; ETTE, Ottmar; INGENSCHAY, Dieter; MAIHOLD, Günther. (Hg.). *Grenzen der Macht – Macht der Grenzen*. Lateinamerika im globalen Kontext. Frankfurt: Vervuert, 2005.
- BÜHLER-NIEDERBERGER, Doris; SÜNKER, Heinz. Interest in and responsibility for children and their life worlds. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William A.; HONIG, Michael-Sebastian. (Hg.). *Handbook of childhood studies*. New York: Palgrave, 2009a.
- _____; _____. *Gesellschaftliche Organisation von Kindheit und Kindheitspolitik*. In: HONIG, Michael-Sebastian. (Hg.). *Ordnungen der Kindheit*. München, Weinheim: Juventa, 2009b. p. 55–183.
- BYRNE, Olga. *Unaccompanied Children in the United States: A Literature Review*. New York: Vera Institute of Justice, 2008. Available at: <http://www.vera.org/publication_pdf/478_884.pdf>. Last accessed on: July 1, 2008.
- CASILLAS, Rodolfo; LÓPEZ REYES, Yasmina A. *Niños, niñas y adolescentes migrantes centroamericanos en la frontera sur de México*. 1. ed. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2009.
- _____. *Una vida discreta, fugaz y anónima: Los centroamericanos transmigrantes en México*. Mexico: Comisión Nacional de los Derechos Humanos; Organización Internacional para las Migraciones, 2007.
- _____. Las rutas de los centroamericanos por México, un ejercicio de caracterización, actores principales y complejidades. In: MIGRACIÓN Y DESARROLLO NR. 010. *Red Internacional de Migración y Desarrollo*. Zacatecas: Latinoamericanistas, 2008. p. 157–174.

- CASILLAS, Rodolfo R. Presencia toleradas: Niñas y niños en la frontera sur de México. In: *Niñez migrante, trata y explotación infantil en México*. Temas emergentes en la agenda nacional. Foro sobre niñez migrante y explotación infantil. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos; Unicef, 2009. p. 87-105.
- CHAVEZ, Lilian; MENJÍVAR, Cecilia. Children without Borders: A Mapping of the Literature on Unaccompanied Migrant Children to the United States. In: *Migraciones Internacionales*, v. 5, n. 3, enero-junio 2010.
- CLIFFORD, James. *Routes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine*. The University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.
- _____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- HERNÁNDEZ MADRID, Miguel J. (Hg.). Migración internacional e identidades cambiantes. Zamora, Michoacán; Tijuana, B. C.; El Colegio de Michoacán/El Colegio de la Frontera Norte, 2002. p. 229-250.
- DIAZ-GARAY, Alejandro. *El impacto de la emigración internacional y el envío de remesas en San Juan Union, Municipio de Taxco, guerrero*. Tesis para el doctor de en Geografía, UNAM México, 2008.
- DUNN, M. *Unaccompanied Children's Services Administration for Children and Families Office of Refugee Resettlement*. Available at: <http://www.acf.hhs.gov/programs/orr/programs/unaccompanied_alien_children.htm>. Last accessed on: may 7, 2009.
- EHRENREICH, Rosa, Lee Tucker und Human Rights Watch Children's Rights Project (1997): Slipping through the Cracks: Unaccompanied Children Detained by the U.S.
- FAIST, Thomas. *Transstaatliche Räume: Politik, Wirtschaft und Kultur in und zwischen Deutschland und der Türkei*. Bielefeld: Transcript, 2000.
- FRIEDMAN, Jonathan. From roots to routes. Tropes for trippers. *Anthropological Theory*, v. 2, n. 1, p. 21-36, 2002.
- GALLO CAMPOS, Karla Iréndira. *Niñez migrante en la frontera norte: Legislación y procesos*. Mexico: Unicef; Sistema Nacional dif, 2004. Available at: <http://www.unicef.org/mexico/spanish/mx_resources_publicacion_ninos_migrantes.pdf>.
- CANCLINI, Néstor. *Consumers and Citizens: Globalization and Multicultural Conflicts*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- GIEBELER, Cornelia ; MENESES, Marina. Dar y Recibir en la Investigación. Reflexiones por espacios Trans-, Inter e Intraculturales en la investigación "Juchitán, la ciudad de las mujeres: De la vida en el matriarcado" Una retrospectiva 20 años después. En: UNICH-UNACH. Horizontalidad, diálogo y reciprocidad en los métodos de investigación social y cultural – en apariencia. [S.l.: s.n.], 2010.
- _____. Whose Reality Counts? The global aspects of Social Work. In: *Ministry of education of the republic of Belarus etc.* (ED.) *Social Education in the XXI Century: Modern Tendencies*, Minsk/Belarus S, 2008. p. 50-54.
- _____. El extrañamiento del otro: Las dificultades del diálogo Intercultural. Reflexiones teóricas y prácticas sobre la actuación profesional en la realidad social. En: BABEL, Nr. 1, *Revista de Psicología*, Santiago de Chile, 2007.
- _____. Ethnografische Ansätze zur Rekonstruktion sozialer Praxis. Der ethnografische Repräsentationsdiskurs. In: MIETHE, U. A. (Hg.). *Intervention und Rekonstruktion*. Interdisziplinäre Beiträge zur rekonstruktiven Sozialarbeitsforschung. Leverkusen S., 2007. p. 81-102.
- _____. Juchitán – la ciudad de las mujeres. Identidad étnica y fuerza de las mujeres en una sociedad zapoteca de México. En: *El Solar*. Juchitán; Oaxaca 2 / 1992 y en: Guchachi Reza, num. 38, Oaxaca 1993. p. 1-15.
- GOLDRING, Luin. Gendered Memory: Reconstructions of the Village by Mexican Transnational Migrants. In: *Creating the Countryside: The Politics of Rural and Environmental Discourse*. Temple University Press: Ed. M. DuPuis & P. Vandergeest, 1996. p. 303-329.
- GONZALEZ, Carrilo. Frontera Sur y niños no acompañados en México. Un análisis bajo la perspectiva de derechos humanos 2006-2008. Artículo de investigación de maestría (Cassillo Ramirez), FLACSO, 2008.
- GUERRA, Gustavo. Mexico Children's Rights: International and National Laws and Practices. Internet Quelle: <<http://www.loc.gov/law/help/child-rights/mexico.php#executive>>.
- GUTMANN, Matthew C. Dystopian travels in Gringolandia: Engendering ethnicity among Mexican Migrants to the United States. *Ethnicities* 4, n. 4: 477–500, 2004.

- HADDAL, Chad C. *Unaccompanied Alien Children: politics and Issues*. CSR Report for Congress, 2007.
- HAGAN, Jacqueline; KARL, Eschbach; NESTOR, Rodriguez. U.S. Deportation Policy, Family Separation, and Circular Migration. *International Migration Review*, v. 42, n. 1, p. 64-88, 2008.
- HALL, Stuart. Die Frage der kulturellen Identität. In: *Rassismus und kulturelle Identität*. Ausgewählte Schriften 2. Hamburg, Argument-Verlag, 183, 1994.
- HANNERZ, Ulf. Transnational research. In: Bernard, Russell H. (Hg.). *Handbook of Methods in Cultural Anthropology*. Walnut Creek, 235- 256, 1998.
- HERZOG, Lawrence A. (Hg.). *Shared Space: Rethinking. The Mexico-United States Border*, 2000.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. Overcoming Patriarchal Constraints: The Reconstruction of Gender Relations among Mexican Immigrant Women and Men. *Gender & Society* 6, n. 3: 393-415, 1992.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- JAMESON, Fredric. Cognitive Mapping. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. (Hg.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, Diskussion 347-60; 1990.
- JENKS, Chris. *The Sociology of childhood: essential readings*. London: Batsford Academic and Educational, 1982.
- KALTMEIER, Olaf. *Politische Gemeinschaften und indigener Protest*. Anmerkungen zu Ethnizität und Politik in Lateinamerika, Die Ethnisierung des Politischen. Identitätspolitik in Lateinamerika, Asien und den USA, Frankfurt a. M.: Campus Verlag, 2007, 192-152, 2007.
- KRAUS, Wolfgang. Das erzählte Selbst. *Die narrative Konstruktion von Identität in der Spätmoderne*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1996.
- KRON, Stefanie. El estilo solomero no tarda mucho. Negociando la frontera en la Transmigración q'anjob'al. In: CAMUS, Manuela. (Hg.). *Comunidades en movimiento*. La migración internacional en el norte de Huehuetenango. Antigua Guatemala: Junajpu, 57-95, 2007.
- _____. *Coyotes, Norteños, Transeúntes y Viudas Blancas: Transmigración, Género y Ciudadanía en la Frontera Guatemalteco-Mexicana*. Paperpresented at the Taller internacional: Derecho, Ciudadanía y Género en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos de la Freie Universität Berlin.
- LIEBEL, Manfred. Citizenship from Below: Children's Rights and Social Movements. In: INVERNIZZI, Antonella; WILLIAMS, Jane. (Hg.). *Children's citizenship: practice, policy and law*. London: SAGE, 2008.
- LOPEZ-CASTRO, Gustavo. Niños, socialización y migración a Estados Unidos. In: ARIZA, Marina; PORTES, Alejandro. (Hg.). *El país transnacional: Migración mexicana y cambio social a través de la frontera*. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Sociales, 2007. p. 545-570.
- LUCIUS-HOENE, Gabriele; DEPPERMAN, Arnulf. Rekonstruktion narrativer Identität: ein Arbeitsbuch zur Analyse narrativer Interviews. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss, 2004.
- MAIHOLD, Günther. *Die neue (Ohn-)Macht der Grenze: Mexiko-USA*. In: Braig, Marianne; Ette, a.a.O., 2005.
- MIES, Maria. *Patriarchy and Capitalism*. London: Zed Books, 1986.
- MORAN-TAYLOR, Michelle J. When Mothers and Fathers Migrate North: Caretakers, Children, and Child Rearing in Guatemala. *Latin American Perspectives* 35, n. 4: 79-95.
- NEVINS, Joseph. *Operation Gatekeeper: The Rise of the "Illegal Alien" and the Making of the U.S.-Mexico Boundary*. New York: Routledge, 2002.
- ONG, Ahiwa. Cultural Citizenship as Subject-Making: Immigrants Negotiate Racial and cultural boundaries in the United States. *Current Anthropology*, v. 37, n. 5, dec. 1996.
- Portes, Alejandro (1998): "Globalization from below: the rise of transnational Communities." In: *Transnational Communities Working Papers Series*. 1.
- PRATT, Mary Louise. Arts of the Contact Zone. In: *Profession 91*. New York: MLA, 1991. p. 33-40.
- PRIES, Ludger. Mexikanische Arbeitswanderung in die USA: Gegenwärtige Struktur und neue Formen transnationaler Migration. In: *Geographische Rundschau*, v. 51, n. 7/8: 382-387, 1999.
- PRIES, Ludger. *Die Transnationalisierung der sozialen Welt*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2008.

-
- PROUT, Alan. *The Future of Childhood*. Towards the interdisciplinary study of children. Basingstoke: Routledge Falmer, 2005.
- REPAK, Terry A. Labor Recruitment and the Lure of the Capital: Central American Migrants in Washington, DC. *Gender & Society* 8, n. 4: 507–524, 1994.
- SALDÍVAR, José David. *Border Matters*. Remapping American Cultural Studies. Berkeley e.a.: University of California Press, 1997.
- SPIVAK, Gayatri; BUTLER, Judith. *Who Sings the Nation-State?* Language, Politics, Belonging, Oxford; New York; Kalkutta: Seagull Books, 2007.
- SHOTTER, John; GERGEN, Kenneth J. *Texts of Identity*. London: Sage, 1990.
- TÉLLEZ, Michelle. Community of Struggle: Gender, Violence, and Resistance on the U.S./Mexico Border. *Gender & Society* 22, n. 5: 545–567, 2008.
- THOMPSON, Amy. A Child Alone and Without Papers: A Report on the Return and Repatriation of Unaccompanied Undocumented Children by the United States. Austin: Center for Public Policy Priorities. Available at <<http://www.cppp.org/repatriation/A%20Child%20Alone%20and%20Without%20Papers.pdf>>. 2008.
- TUIDER, Elisabeth; WIENOLD, Hanns; BEWERNITZ, Torsten. *Dollars und Träume: Migration, Arbeit und Geschlecht in Mexiko im 21. Jahrhundert*. (1. Aufl.) Münster: Verl. Westfälisches Dampfboot, 2009.
- VELASCO ORTIZ, Laura. Indigenous migrations to the cities of Mexico and Tijuana. In: *Papeles de Población*, n. 52, april/june 2007, 166-190, 2007.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. In: *European Journal of Women's Studies* 13, n. 3: 193–209, 2006a.
- _____. Belonging and the politics of belonging. *Patterns of Prejudice* 40, n. 3: 197–214, 2006b.

*Tradução: Nelson Santiago*¹²

Recebido em janeiro de 2013
Aprovado em fevereiro de 2013

¹² Nota de tradução: os depoimentos dos entrevistados, por conterem muitas gírias locais e específicas, foram adaptados da melhor maneira possível de forma a se encaixarem num ideário brasileiro.